

WALDIR ZAGAGLIA

CURSO DE PROCESSO CIVIL

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Estes foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

Z18p Zagaglia, Waldir

Curso de Processo Civil / Waldir Zagaglia. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

601p.; 17cm x 24cm

ISBN: 978-85-450-0626-8

1. Direito Processual Civil. 2. Teoria Geral do Processo. I. Título.

CDD 341.46

CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ZAGAGLIA, Waldir. *Curso de Processo Civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 601p. ISBN 978-85-450-0626-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	25
Capítulo 1	
DO INTERESSE AO PROCESSO	27
1.1 Processo e método.....	27
1.2 Interesse	27
1.3 Prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual	28
1.4 Sujeito do interesse	28
1.5 Conflito de interesses.....	28
1.6 Pretensão	29
1.7 Lide	29
1.8 Jurisdição.....	29
1.9 Processo como instrumento da jurisdição	30
1.10 Direito material e direito processual.....	30
1.11 Direito adjetivo e direito substantivo.....	31
Capítulo 2	
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	33
2.1 Denominação	33
2.2 Conceito	33
2.3 Objeto material do processo.....	34
2.4 Objeto formal do processo.....	34
2.5 Evolução histórica do processo civil	35
2.6 Relações com outros ramos do direito.....	37
2.7 A norma processual civil no tempo	38
2.8 A norma processual civil no espaço.....	38
2.9 Conteúdo e finalidade	38
2.10 Fontes do direito processual civil.....	38
2.11 Súmula vinculante como fonte do direito processual civil.....	39
2.12 Aplicação e interpretação da lei processual civil.....	40
2.13 Analogia no direito processual civil.....	40
2.14 Princípios gerais do direito no direito processual civil	41

Capítulo 3

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL	43
3.1 Caracterização e distinção entre as outras funções do Estado	43
3.2 Caracterização da jurisdição segundo Chiovenda, segundo Carnelutti e segundo Calamandrei.....	43
3.3 Inércia da jurisdição	44
3.4 Definitividade da jurisdição.....	44
3.5 Princípios da jurisdição.....	45
3.6 Jurisdição, arbitragem e mediação	46
3.7 Jurisdição voluntária	48
3.8 Poderes da jurisdição.....	49
3.9 Crítica à existência de uma função jurisdicional típica e a um poder judiciário autônomo.....	49

Capítulo 4

DA AÇÃO	53
4.1 Principais doutrinas	53
4.2 Conceito	55
4.3 Condições genéricas do exercício do direito de ação	55
4.4 Legitimidade.....	55
4.5 Interesse de agir.....	55
4.6 Possibilidade jurídica do pedido	56
4.7 Condições específicas para o legítimo exercício do direito de ação.....	57
4.8 Carência da ação.....	57
4.9 Posição adotada pelo Código de Processo Civil brasileiro.....	57
4.10 Momento processual para verificação das condições da ação – Teoria da asserção. Teoria da exposição.....	58
4.11 Elementos identificadores da ação.....	59
4.12 Classificação das ações.....	60
4.13 Concurso e cumulação de ações	61
4.14 Conexão e continência.....	63

Capítulo 5

DO PROCESSO	65
5.1 Definição	65
5.2 Identificação do processo	65
5.3 Processo como contrato e processo como quase contrato	65
5.4 Processo como relação jurídica	66
5.5 Processo como situação jurídica	66
5.6 Relação jurídica processual	67
5.7 Características da relação jurídica processual.....	67
5.8 Requisitos e pressupostos processuais	68

5.9	Pressupostos processuais de existência e de validade do processo.....	68
5.10	Poderes, direitos, deveres e ônus processuais.....	69
5.11	Processo e procedimento.....	69
5.12	Espécies de processos e de procedimentos.....	70
5.13	Princípios fundamentais do processo.....	70
5.14	Questão: de fato, de direito, preliminar, prejudicial e principal.....	70

Capítulo 6

DA COMPETÊNCIA.....		73
6.1	Definição.....	73
6.2	Competência e jurisdição.....	73
6.3	Competência como concretização da jurisdição.....	73
6.4	Limites da jurisdição (competência) nacional.....	74
6.5	Espécies de competência internacional.....	74
6.6	Competência internacional concorrente.....	74
6.7	Competência internacional exclusiva.....	75
6.8	Exclusão da competência nacional.....	76
6.9	CrITÉRIOS de determinação da competência.....	76
6.10	Competência em razão do valor e em razão da matéria.....	76
6.11	Competência em razão da pessoa.....	77
6.12	Competência funcional.....	77
6.13	Competência funcional dos tribunais.....	77
6.14	Competência funcional dos juizes de primeiro grau.....	78
6.15	Competência territorial.....	78
6.16	Competência territorial do ausente e do incapaz.....	79
6.17	Competência territorial especial.....	79
6.18	Competência absoluta e competência relativa.....	79
6.19	Prorrogação ou modificação da competência.....	80
6.20	Causas de modificação ou prorrogação da competência.....	80
6.21	Prevenção.....	81
6.22	Prorrogação da competência territorial por eleição das partes.....	81
6.23	Incidentes sobre a competência. Conflito de competência e conflito de jurisdição.....	81
6.24	Espécies dos conflitos de competência e de jurisdição.....	82
6.25	Natureza processual do conflito de competência e de jurisdição e atuação do Ministério Público.....	83

Capítulo 7

DO JUIZ.....		85
7.1	O juiz.....	85
7.2	Garantias.....	86
7.3	Poderes instrumentais do juiz.....	86
7.4	Deveres do juiz.....	88
7.5	Responsabilidade do juiz e do estado.....	88

Capítulo 8

DAS PARTES. AUTOR E RÉU	91
8.1 Sujeitos do processo	91
8.2 Autor e réu. Princípios.....	91
8.3 Capacidade. Capacidade de direito e capacidade de fato	91
8.4 Incapacidade	92
8.5 Incapacidade. Intervenção do curador especial e do Ministério Público.....	92
8.6 Legitimação	93
8.7 Espécies de legitimação.....	93
8.8 Legitimação extraordinária e substituição processual	93
8.9 Distinção entre legitimação e capacidade	94
8.10 Representação, assistência e autorização	95
8.11 Responsabilidade das partes e de seus procuradores.....	96
8.12 Litigância de má-fé.....	96
8.13 Solidariedade entre o advogado e à parte litigante de má-fé.....	96

Capítulo 9

DA PLURALIDADE DE PARTES. DO LITISCONSÓRCIO.....	97
9.1 Pluralidade de partes. Litisconsórcio.....	97
9.2 Litisconsórcio ativo e litisconsórcio passivo.....	98
9.3 Litisconsórcio facultativo	98
9.4 Limitação do litisconsórcio facultativo.....	99
9.5 Litisconsórcio necessário	99
9.6 Litisconsórcio necessário unitário.....	99

Capítulo 10

DAS PARTES ESPECIAIS E DAS PARTES SECUNDÁRIAS DO PROCESSO.....	101
10.1 Ministério Público.....	101
10.2 Origem do Ministério Público.....	101
10.3 Princípios do Ministério Público	102
10.4 Ministério Público e a Constituição	102
10.5 Ministério Público e o processo civil	102
10.6 Advogado	103
10.7 Advocacia e parcialidade institucional	103
10.8 Mandato.....	104
10.9 Honorários sucumbenciais.....	104
10.10 Procuraturas.....	106
10.11 Advocacia-Geral da União.....	106
10.12 Procuradoria da Fazenda Nacional.....	107
10.13 Defensoria Pública	107
10.14 Procuradorias-gerais dos estados.....	107
10.15 Procuradorias-gerais dos municípios	108

10.16	Serviços auxiliares da justiça	108
10.17	Servidores auxiliares permanentes.....	108
10.18	Servidores auxiliares eventuais.....	109
10.19	Conciliador e mediador judicial.....	109

Capítulo 11

DA ASSISTÊNCIA E DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....		111
11.1	Terceiros.....	111
11.2	Assistência. Interesse jurídico. Assistência simples e assistência qualificada	112
11.3	Assistência e substituição processual	112
11.4	Assistência e litisconsórcio. Diferença de legitimação.....	112
11.5	Assistência qualificada e assistência litisconsorcial.....	112
11.6	Assistência e procedimento.....	113
11.7	Momento processual da assistência	113
11.8	Assistência e revelia do assistido.....	114
11.9	Assistência e coisa julgada material.....	114
11.10	Chamamento ao processo.....	114
11.11	Chamamento ao processo e litisconsórcio	115
11.12	Denúnciação da lide.....	115
11.13	Histórico da denúnciação da lide	115
11.14	Cabimento da denúnciação da lide	116
11.15	Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	116
11.16	Natureza jurídica da denúnciação da lide	117
11.17	Denúnciação da lide e legitimação	117
11.18	Momento processual da denúnciação da lide.....	118
11.19	Denúnciação da lide e litisconsórcio.....	118
11.20	Denúnciação da lide. Litisconsórcio. Garantia formal ou própria e garantia informal ou imprópria.....	119
11.21	Denúnciação da lide e confissão	120
11.22	Denúnciação da lide. Garantias e garantidor. Litisconsórcio e assistência simples.....	120
11.23	Denúnciação da lide e as demais modalidades de intervenção de terceiro.....	121
11.24	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	121
11.25	<i>Amicus curiae</i>	123

Capítulo 12

DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS		125
12.1	Fato, ato e negócio jurídico	125
12.2	Fato, ato e negócio jurídico processual	126
12.3	Características dos atos processuais	128
12.4	Classificação dos atos processuais.....	128
12.5	Ato processual simples e ato processual complexo	129
12.6	Atos processuais do juiz	130

12.7	Atos processuais dos auxiliares da justiça	130
12.8	Forma dos atos processuais	131
12.9	Forma e formalismo.....	131
12.10	Princípios da forma.....	131
12.11	Lugar da prática dos atos processuais	133
12.12	Tempo para a prática dos atos processuais	134
12.13	Prazo.....	134
12.14	Classificação dos prazos processuais.....	134
12.15	Contagem dos prazos processuais	135
12.16	Preclusão.....	135

Capítulo 13

DOS VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS –DAS NULIDADES		137
13.1	Nulidades	137
13.2	Inexistência	137
13.3	Validade	138
13.4	Eficácia	138
13.5	Nulidade absoluta e nulidade relativa	138
13.6	Anulabilidade	139
13.7	Irregularidade.....	139
13.8	Nulidade e preclusão.....	140
13.9	Efeito sanatório.....	140

Capítulo 14

DO IMPULSO PROCESSUAL.....		141
14.1	Atos de comunicação processual.....	141
14.2	Citação.....	142
14.3	Efeitos processuais da citação	143
14.4	Efeitos materiais da citação	143
14.5	Modalidades da citação.....	143
14.6	Citação postal.....	143
14.7	Citação por mandado.....	144
14.8	Citação por hora certa.....	144
14.9	Citação por meio eletrônico.....	145
14.10	Citação por edital	145
14.11	Intimação	145
14.12	Intimação e revelia	146
14.13	Início dos prazos	146
14.14	Citação e intimação na pessoa do porteiro	146
14.15	Cartas processuais	147
14.16	Carta precatória.....	147
14.17	Carta de ordem	148

14.18	Carta rogatória.....	148
14.19	Carta de vênia.....	148

Capítulo 15

DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO		149
15.1	Formação do processo	149
15.2	Instauração da instância	150
15.3	Estabilização do processo	151
15.4	Suspensão do processo.....	152
15.5	Extinção do processo	155
15.6	Julgamento antecipado do mérito e julgamento conforme o estado do processo.....	155
15.7	Extinção do processo com julgamento antecipado parcial do mérito	156
15.8	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	157
15.9	Renovação da instância	159
15.10	Extinção do processo com resolução de mérito.....	160
15.11	Extinção do processo com solução do mérito por prescrição e decadência.....	160
15.12	Da improcedência liminar do pedido.....	162

Capítulo 16

DA PETIÇÃO INICIAL. DO PEDIDO E DO VALOR DA CAUSA.....		163
16.1	Petição inicial.....	163
16.2	Pedido e demanda. Princípio da correlação da petição inicial	163
16.3	Requisitos da petição inicial.....	163
16.4	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido. <i>Causa petendi</i>	164
16.5	Relatividade do princípio do <i>iura novit curia</i>	164
16.6	O pedido com suas especificações.....	165
16.7	Requisitos do pedido. Certeza e determinação.....	165
16.8	Interpretação do pedido.....	165
16.9	Aditamento do pedido	166
16.10	Pedido genérico	166
16.11	Concludência do pedido	166
16.12	Preceito cominatório.....	166
16.13	Cumulação de pedidos. Cumulação objetiva de ações	168
16.14	Cumulação sucessiva de pedidos	168
16.15	Cumulação subsidiária de pedidos.....	169
16.16	Requisitos para cumulação de pedidos	169
16.17	Valor da causa	171
16.18	Critérios para fixação do valor da causa.....	172
16.19	Impugnação ao valor da causa.....	172
16.20	Indicação das provas na petição inicial.....	173
16.21	Opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação.....	173
16.22	Distribuição por dependência.....	174

Capítulo 17

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	175
17.1 Generalidades	175
17.2 Obrigatoriedade.....	176
17.3 Consequência do não comparecimento das partes	177
17.4 Crítica.....	177

Capítulo 18

DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	179
18.1 Princípios gerais.....	179
18.2 Características da tutela provisória	180
18.3 <i>Fumus boni iuris e periculum in mora</i>	181
18.4 Tutela de urgência de natureza cautelar.....	181
18.5 Arresto	182
18.6 Sequestro	183
18.7 Do arrolamento de bens. Depósito. Busca e apreensão	184
18.8 Registro de protesto contra alienação de bem.....	184
18.9 Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada requerida em caráter antecedente.....	185
18.10 Da tutela provisória de urgência de natureza cautelar requerida em caráter antecedente.....	187
18.11 Da tutela de evidência	189
18.12 Tutela antecipada. Tutela cautelar. Liminar	191

Capítulo 19

DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE.....	193
19.1 Generalidades	193
19.2 Natureza. Despacho inicial e mérito.....	193
19.3 Conteúdo positivo da decisão de admissibilidade	193
19.4 Conteúdo negativo da decisão de admissibilidade	194
19.5 Indeferimento da petição inicial	194
19.6 Improcedência liminar do pedido.....	195

Capítulo 20

DA RESPOSTA DO RÉU. DA CONTESTAÇÃO E DA RECONVENÇÃO	197
20.1 Defesa.....	197
20.2 Modalidades de respostas.....	197
20.3 Contestação	199
20.4 Requisitos da contestação	199
20.5 Ônus da impugnação especificada	199
20.6 Consequências do descumprimento do ônus da impugnação especificada	200

20.7	Excludentes do ônus da impugnação especificada	200
20.8	Isenção do ônus da impugnação especificada	201
20.9	Novas alegações posteriores à apresentação da contestação	202
20.10	Exceção. Histórico	203
20.11	Exceção substancial e exceção processual	204
20.12	Exceções peremptórias e exceções dilatórias	205
20.13	Exceções processuais	205
20.14	Exceção substancial e objeção	207
20.15	Reconvenção	207
20.16	Natureza jurídica da reconvenção	208
20.17	Requisitos da reconvenção	208
20.18	Conexão de causas para reconvenção	210
20.19	Competência do juízo	211
20.20	Uniformidade de procedimentos para reconvenção	212
20.21	Coexistência da ação originária. Ausência de contestação na ação originária	213
20.22	Reconvenção e ações dúplices	213

Capítulo 21

DA REVELIA	215	
21.1	Conceito	215
21.2	Revelia e contumácia	215
21.3	Revelia e ônus da impugnação especificada	216
21.4	Natureza da revelia	216
21.5	Efeitos da revelia	218
21.6	Revelia e litisconsórcio	219
21.7	Revelia e reconvenção	220
21.8	Revelia e intervenção de terceiros	220
21.9	Efeitos da revelia com relação à comunicação dos atos processuais. Revel que comparece e revel que não comparece	221
21.10	Alteração do pedido ou da causa de pedir	222

Capítulo 22

DA DECISÃO DE SANEAMENTO. DESPACHO SANEADOR	225	
22.1	Finalidade	225
22.2	Antecedentes	225
22.3	Função do saneamento do processo	226
22.4	Importância da decisão de saneamento	227
22.5	Conceito e objeto da decisão de saneamento	227
22.6	Momentos do saneamento do processo	228
22.7	Providências preliminares	228
22.8	Conteúdo da decisão de saneamento	228

22.9	Compulsoriedade do saneamento do processo e eventualidade da decisão de saneamento	229
22.10	Conteúdo necessariamente positivo da decisão de saneamento.....	229
22.11	Abreviação no procedimento.....	229
22.12	Natureza da decisão de saneamento.....	229
22.13	Eficácia preclusiva da decisão de saneamento	230

Capítulo 23

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO. DAS PROVAS		233
23.1	Instrução do processo.....	233
23.2	Natureza jurídica da prova.....	234
23.3	Conflito temporal de normas sobre a prova	235
23.4	Conceito de prova.....	235
23.5	Classificação das provas.....	236
23.6	Objeto, sujeito, forma e momento da prova	236
23.7	Os fatos da causa como objeto da prova.....	237
23.8	Desnecessidade da prova.....	237
23.9	Meios de prova.....	237
23.10	Confissão e inspeção judicial como meios de prova.....	238
23.11	Prova oral.....	239
23.12	Prova documental	241
23.13	Dos documentos eletrônicos	242
23.14	Incidente de falsidade documental	243
23.15	Exibição de documento ou coisa.....	244
23.16	Ata notarial	245
23.17	Prova pericial	246
23.18	Confissão e admissão.....	248
23.19	Confissão e reconhecimento do pedido.....	248
23.20	Irretratabilidade, anulação e revogação da confissão	249
23.21	Da produção antecipada de provas. Do arrolamento. Da justificativa.....	249
23.22	Ônus da prova	252
23.23	Inversão do ônus da prova.....	252
23.24	Ônus da prova e presunção.....	254
23.25	Prova e contraditório	254
23.26	Contraprova	255
23.27	Sistemas de avaliação da prova.....	255

Capítulo 24

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO		257
24.1	Generalidades.....	257
24.2	Conceito	257
24.3	Princípios da audiência.....	258

24.4	Atos preparatórios da audiência.....	259
24.5	Dinâmica e funções decisórias da audiência.....	259
24.6	Antecipação, adiamento e prorrogação da audiência	260
24.7	Incidentes da audiência.....	260
24.8	Poder de polícia na audiência.....	260
24.9	Assentada	261
24.10	Publicação da sentença em audiência	261

Capítulo 25

DA SENTENÇA.....	263	
25.1	Conceito	263
25.2	Formação da sentença.....	264
25.3	Natureza jurídica da sentença.....	265
25.4	Classificação da sentença quanto aos efeitos	265
25.5	Sentença declaratória.....	265
25.6	Sentença condenatória.....	266
25.7	Sentenças constitutivas	266
25.8	Classificação das sentenças quanto à carga de eficácia.....	266
25.9	Classificação das sentenças do ponto de vista da decisão.....	267
25.10	Requisitos da sentença. Clareza e precisão	267
25.11	Relatório. Fundamentação e dispositivo	267

Capítulo 26

DA COISA JULGADA	271	
26.1	Generalidades.....	271
26.2	Conceito de coisa julgada.....	272
26.3	Coisa julgada formal e coisa julgada material	272
26.4	Histórico	273
26.5	Teorias sobre a coisa julgada	276
26.6	Coisa julgada no direito processual brasileiro	278
26.7	Coisa julgada material e questão prejudicial.....	278
26.8	O que não faz coisa julgada material	279
26.9	Coisa julgada material e as sentenças dispositivas.....	279
26.10	Coisa julgada material e a “cláusula” <i>rebus sic stantibus</i>	280
26.11	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	280
26.12	Limites objetivos da coisa julgada material	280
26.13	Coisa julgada e repercussão da sentença na esfera de terceiros.....	281
26.14	Relativização da coisa julgada material e modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	282

Capítulo 27

RECURSOS.....	285	
27.1	Noções gerais.....	285

27.2	Conceito	286
27.3	Justificativa	286
27.4	Histórico	286
27.5	Juízo de admissibilidade dos recursos	287
27.6	Requisitos intrínsecos.....	288
27.7	Requisitos extrínsecos	290
27.8	Competência para o juízo de admissibilidade	291
27.9	Juízo de mérito.....	291
27.10	Efeitos dos recursos	291
27.11	Cessaçãõ antecipada do recurso. Deserçãõ e desistênciã	292
27.12	Modalidades de recurso.....	292
27.13	Recurso adesivo.....	292

Capítulo 28

DA APELAÇÃO	295	
28.1	Generalidades	295
28.2	Cabimento	296
28.3	Admissibilidade	296
28.4	Efeitos da apelaçãõ. Efeito suspensivõ e efeito devolutivõ.....	297
28.5	Extensãõ e profundidade do efeito devolutivõ.....	298
28.6	Procedimento da apelaçãõ.....	300

Capítulo 29

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	303	
29.1	Cabimento	303
29.2	O sistema do Códigõ de Processo Civil.....	305
29.3	Tempestividade.....	306
29.4	Regularidade formal.....	307
29.5	Requisitos de admissibilidade	308
29.6	Procedimento.....	308
29.7	Efeitos.....	309

Capítulo 30

DO AGRAVO INTERNO.....	311	
30.1	Generalidades	311
30.2	Cabimento	311
30.3	Procedimento e competência	312
30.4	Efeitos.....	313

Capítulo 31

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	315	
31.1	Generalidades	315

31.2	Natureza. Nova configuração dos embargos de declaração	316
31.3	Cabimento. Obscuridade. Omissão. Contradição. Erro material	317
31.4	Efeitos	318
31.5	Procedimento e julgamento	319
31.6	Embargos de declaração protelatórios	320
31.7	Embargos de declaração com função de prequestionamento	321

Capítulo 32

DO RECURSO ORDINÁRIO	323	
32.1	Generalidades	323
32.2	Recurso ordinário no Supremo Tribunal Federal	323
32.3	Recurso ordinário no Superior Tribunal de Justiça	324

Capítulo 33

DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	327	
33.1	Recursos de terceira geração. Justificativa	327
33.2	Sistema brasileiro. Dicotomia. Competência	327
33.3	Cabimento	328
33.4	Cabimento do recurso especial	329
33.5	Cabimento do recurso extraordinário	330
33.6	Repercussão geral	332
33.7	Prequestionamento	333
33.8	Natureza da decisão de admissibilidade	334
33.9	Efeitos. Possibilidade de efeito suspensivo. Limitação do efeito devolutivo	337
33.10	Interposição conjunta	338
33.11	Recursos especial e extraordinário repetitivos	339
33.12	Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	341
33.13	Embargos de divergência	341
33.14	Embargos infringentes no STJ e no STF	342

Capítulo 34

DA AÇÃO RESCISÓRIA	345	
34.1	Generalidades	345
34.2	Breve notícia histórica	345
34.3	Ação rescisória e <i>querela nullitatis</i>	346
34.4	Legitimidade	347
34.5	Prazo	347
34.6	Competência	348
34.7	Procedimento	348
34.8	Cabimento	350
34.9	Julgamento. Admissibilidade, <i>iudicium rescindens</i> e <i>iudicium rescisorium</i>	354

34.10	Efeitos do julgamento da ação rescisória.....	356
34.11	Ação anulatória de negócios jurídicos processuais homologados judicialmente.....	357

Capítulo 35

DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS		359
35.1	Generalidade.....	359
35.2	Uniformização de jurisprudência.....	359
35.3	Ordem dos processos no tribunal	363
35.4	Técnica de ampliação de colegiado	366
35.5	Incidente de assunção de competência.....	367
35.6	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	370
35.7	Conflito de competência.....	371
35.8	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	374
35.9	Incidente de resolução de demandas repetitivas	378
35.10	Reclamação.....	380

Capítulo 36

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		385
36.1	Generalidades	385
36.2	Competência	388
36.3	Liquidação de sentença – Espécies	390
36.4	Títulos executivos judiciais.....	393
36.5	Protesto dos títulos executivos judiciais.....	396
36.6	Cumprimento provisório da sentença de pagar quantia certa ou de dar coisa e da sentença que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	398
36.7	Cumprimento definitivo da sentença de pagar quantia certa	401
36.8	Cumprimento de sentença condenatória de prestar alimentos	404
36.9	Cumprimento de sentença condenatória de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	409
36.10	Cumprimento de sentença condenatória de obrigação de fazer e de não fazer	411
36.11	Cumprimento de sentença de entregar coisa.....	414

Capítulo 37

DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA		417
37.1	O direito à ampla defesa e a impugnação ao cumprimento da sentença.....	417
37.2	Impugnação ao cumprimento provisório de sentença condenatória em pagar quantia certa	419
37.3	Impugnação ao cumprimento definitivo de sentença de pagar quantia certa.....	419
37.4	Impugnação ao cumprimento de sentença condenatória em obrigação de prestar alimentos	425
37.5	Impugnação à sentença condenatória de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	426

37.6	Impugnação ao cumprimento de sentença de obrigação de fazer e de não fazer	427
37.7	Impugnação ao cumprimento de sentença de entregar coisa.....	427

Capítulo 38

DA EXECUÇÃO.....	429
38.1 Execução em geral.....	429
38.2 Partes.....	431
38.3 Competência	434
38.4 Título executivo extrajudicial – Espécies.....	435
38.5 Exigibilidade da obrigação	442
38.6 Responsabilidade patrimonial – Fraude à execução.....	443
38.7 Diversas espécies de execução. Execução de quantia certa. Execução para entrega de coisa certa. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos	446
38.7.1 Execução de quantia certa	450
38.7.2 Execução para entrega de coisa certa.....	454
38.7.3 Execução para entrega de coisa incerta	456
38.7.4 Execução das obrigações de fazer.....	456
38.7.5 Execução da obrigação de não fazer.....	458
38.7.6 Execução contra a Fazenda Pública.....	459
38.7.7 Execução de alimentos	460
38.8 Penhora	460
38.9 Documentação. Registro. Depósito e modificação da penhora	464
38.10 Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	468
38.11 Penhora de créditos.....	469
38.12 Penhora de quotas. Penhora de ações de sociedades personificadas	471
38.13 Penhoras subsidiárias. Penhora de empresa. Penhora de outros estabelecimentos e de semovente. Penhora de percentual de faturamento de empresa. Penhora de frutos ou rendimentos de coisa móvel ou imóvel	473
38.13.1 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semovente	473
38.13.2 Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	475
38.13.3 Penhora de frutos ou rendimento de coisa móvel ou imóvel.....	476
38.14 Avaliação	476
38.15 Expropriação de bens. Adjudicação e alienação	479
38.15.1 Adjudicação.....	480
38.15.2 Alienação.....	482
38.16 Satisfação do crédito	486
38.17 Suspensão da execução	487
38.18 Extinção da execução.....	488
38.19 Embargos à execução.....	489
38.20 Exceção de pré-executividade.....	494

Capítulo 39

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	497
39.1 Noções gerais	497
39.2 Ação de consignação em pagamento	498
39.3 Ação de exigir contas	503
39.4 Ação de manutenção de posse e ação de reintegração de posse. Interdito proibitório	507
39.4.1 Ação de manutenção de posse e da ação de reintegração de posse	509
39.4.2 Interdito proibitório	511
39.5 Ação de demarcação e de divisão de terras	511
39.5.1 Ação de divisão	514
39.6 Ação de dissolução parcial de sociedade	516
39.7 Inventário e partilha	522
39.7.1 Legitimidade para requerer o inventário	524
39.7.2 Do inventariante e das primeiras declarações	525
39.7.3 Citações e impugnações	529
39.7.4 Avaliação e cálculo do imposto	530
39.7.5 Colações	531
39.7.6 Pagamento das dívidas	532
39.7.7 Da partilha	534
39.7.8 Arrolamento	537
39.7.9 Arrolamento sumaríssimo	539
39.7.10 Sobrepartilha	540
39.7.11 Cumulação de inventários	540
39.8 Embargos de terceiro	541
39.9 Oposição	545
39.10 Habilitação	547
39.11 Ações de família	549
39.12 Ação monitória	552
39.13 Homologação do penhor legal	556
39.14 Regulação de avaria grossa	559
39.15 Restauração de autos	562

Capítulo 40

DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	565
40.1 Noções e disposições gerais	565
40.2 Da notificação e da interpelação	568
40.3 Da alienação judicial	569
40.4 Do divórcio e da separação consensuais. Da extinção consensual de união estável e da alteração de bens do matrimônio	569
40.5 Dos testamentos e dos codicilos	571
40.6 Da herança jacente	573

40.7	Dos bens dos ausentes.....	576	
40.8	Das coisas vagas	577	
40.9	Da interdição.....	578	
40.10	Da tutela e da curatela.....	582	
40.11	Da organização e da fiscalização das fundações.....	584	
40.12	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunhais formados a bordo	585	
Capítulo 41			
DO PROCESSO ELETRÔNICO			587
41.1	Considerações gerais	587	
41.2	Processo ou procedimento eletrônico.....	588	
41.3	Da informatização do processo judicial	589	
41.4	Dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	590	
41.5	Do processo judicial eletrônico.....	591	
REFERÊNCIAS.....			595